



## PROCESSO NEGOCIAL

### PONTO DA SITUAÇÃO

#### Colegas

**A greve do passado dia 13 de Julho** teve, uma vez mais, elevados níveis de adesão dos colegas, revelando que os TSDT não pretendem deixar de lutar pelos seus direitos, à semelhança do que tem sido as nossas últimas jornadas de luta.

**Mantém-se a greve ao trabalho para além do Período Normal de Trabalho (PNT)** iniciado no dia 1 de Julho, apesar de em muitos serviços os colegas terem dificuldade em identificar o trabalho que efetuam para além do seu PNT semanal, temos de continuar a exigir a identificação nos horários de trabalho das horas que vão para além do PNT, **pois só assim podemos terminar com a constante violação da Lei, em que se tornaram as bolsas de horas impostas unilateralmente.**

**Todos, em especial as nossas chefias, temos de exigir a contratação de mais colegas,** para colmatar as necessidades de recursos humanos, sob pena, de perante outros grupos profissionais que têm mais visibilidade, o nosso recrutamento ser colocado para segundo plano, mantendo-se uma sobrecarga de trabalho sobre os TSDT, em muitos serviços inaceitável, mesmo quando se recorre ao trabalho extraordinário devidamente autorizado.

#### GOVERNO AINDA NÃO APRESENTOU NOVAS PROPOSTAS

**O Governo ainda não apresentou novas propostas, conforme se comprometeu na última reunião efetuada dia 09/07, por sua via, os Sindicatos enviaram um conjunto de premissas negociais que consideram fundamentais, e que entendem ser um contributo para a nova proposta a apresentar pelo Governo.**

Essas premissas colocam novamente, **um especial enfoque à transição dos TSDT para a nova tabela salarial e para as novas categorias,** visto esta ser uma das questões mais problemáticas no sentido da aproximação das partes.

Por outro lado, **reforça-se a necessidade de ser efetuada a relevância de contagem de tempo de serviço** anterior ao processo de transição, para efeito de progresso e promoção na nova carreira, bem como a **relevância das avaliações de desempenho** anteriores ao processo de transições, para efeitos de alteração de posições remuneratórios na nova tabela.

Por último, é da maior pertinência encontrar **uma solução que seja aceite pelos TSDT,** através dos seus representantes sindicais, **que permita a correção das injustiças relativas,** criadas pelas propostas de transições até agora apresentadas pelo Governo e que são inaceitáveis para muitos dos TSDT, independentemente do seu vínculo laboral.

**Os Sindicatos têm identificado vários exemplos que foram utilizados no passado com outras carreiras,** para que no processo de transição esta situação seja resolvida e desse modo possamos todos

no futuro não nos sentirmos defraudados com esta revisão de carreira, que já devia ter sido efetuada pelo menos há 10 anos a esta parte.

## **REUNIOES COM OS GRUPOS PARLAMENTARES**

Os Sindicatos foram recebidos por todos os grupos parlamentares na Assembleia da República, excetuando o grupo parlamentar do Partido Popular (CDS/PP) e do Partido Animais e Natureza (PAN) que até à presente data ainda não nos receberam.

Os argumentos que temos apresentado, e a necessidade de termos um tratamento com equidade face a outras carreiras, têm sido entendidos pelos Partidos, que nos receberam, os quais manifestaram o seu apoio e a total compreensão pelas nossas razões e pela necessidade de ser encontrada uma solução que permita que a transição para a nova carreira seja efetuada de forma diferente à até agora apresentada pelo Governo.

Havendo diferença na forma como abordam a nossa problemática, não deixa no entanto de haver um denominador comum na reação dos Deputados, não compreendem que, na transição para a nova carreira, a grande maioria dos TSDT fique na base da carreira, cerca de 97%, e cerca de 75% na primeira posição remuneratória, bem como não transitarem TSDT para todas as categorias.

Assim, os Sindicatos solicitaram aos diversos grupos parlamentares, dentro das suas competências parlamentares, a sua intervenção junto do Governo no sentido de não encerrar este processo sem encontrar uma solução para este problema de revisão da nossa carreira, e num hipotético encerramento unilateral das negociações pelo Governo, a existência de uma fiscalização parlamentar do diploma.

Por último, foi nos afirmado pelo partido do Governo, o Partido Socialista, que se confirma a intenção da tutela, Ministério da Saúde em conjunto com o Ministério das Finanças, serem apresentadas novas propostas que venham de encontro às nossas reivindicações.

As Estruturas Sindicais, informaram todos os partidos, e o Partido Socialista em particular da necessidade dessas propostas serem apresentadas o mais rápido possível, pois as matérias não acordadas têm incidência orçamental e por tal facto tem de ser apresentado e negociado nas próximas semanas uma vez que em Setembro tem de ser finalizada a apresentação do Orçamento de Estado.

Estes Sindicatos, reunidos esta semana, decidiram comunicar ao Governo a necessidade urgente de nos apresentar as novas propostas, avançando com mais soluções passíveis de serem consideradas para a elaboração das propostas, tendo em conta as premissas já apresentadas, alertando para o facto de, se nas próximas semanas não recebermos as novas propostas para negociar, termos de anunciar novas formas de luta e protesto para o mês de Setembro.

**EXIGIMOS O FIM DA DISCRIMINAÇÃO**

**EXIGIMOS EQUIDADE NA NEGOCIAÇÃO**

**JUNTOS SOMOS MAIS FORTES**

**AS DIREÇÕES SINDICAIS**